

TRABALHO AVULSO - INSTITUIÇÕES E REGIMES INTERNACIONAIS

RACISMO AMBIENTAL E A (DES)CONSTRUÇÃO DAS AMÉRICAS: UM ESTUDO SOBRE A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO SANEAMENTO AMBIENTAL DE POPULAÇÕES SOCIOECONOMICAMENTE VULNERABILIZADAS

Gustavo Do Amaral Loureiro (gus.amaral7@gmail.com)

Entre as principais discussões que emergiram no campo de estudos sobre Meio Ambiente, é imprescindível destacar a importância do reconhecimento de que as injustiças ambientais – como reflexo das assimetrias sociais, econômicas e políticas – são distribuídas de forma desigual, impactando de forma distinta, principalmente, pessoas não-brancas e suas comunidades. É consensual que a história das Américas e do Caribe foi marcada por um processo violento e racista de colonização e exploração, mas a permanência das injustiças perpetuadas contra os povos tradicionais torna necessário reavaliar o passado comum do continente. Dentre as principais observações possíveis em relação a tais injustiças, este trabalho enfoca a questão do saneamento e da salubridade ambiental e seus impactos para a saúde pública ao averiguar como a distribuição de recursos, investimentos e tecnologias possui um recorte racial claro, perpetuando um processo histórico que evidencia como grande parte das mazelas sanitárias, riscos ambientais e desastres naturais recai sobre populações periféricas e não-brancas, e como o poder público frequentemente se exime de tomar responsabilidade. Esse é o cotidiano enfrentado por diversas comunidades tradicionais formadas em maioria por pessoas negras e indígenas nas Américas e no Caribe, desde

eventos marcantes vivenciados pela comunidade mapuche no Chile, que, sem seu consentimento, teve seus territórios alvejados por diversas indústrias, como a mineradora, a pesqueira e a energética, e tornou-se vítima de um processo de superexploração dos recursos naturais e de descarte de lixo e resíduos sólidos de outras municipalidades, à repressão e ao silenciamento da Nação Sioux promovidos pelos governos dos Estados Unidos e do Canadá ao longo do processo de construção do gasoduto Keystone Pipeline XXL por sua oposição ao projeto, que causaria impacto ambiental severo e forçaria o deslocamento de sua comunidade. O Brasil não é, em qualquer forma ou grau, uma exceção à regra, o que será discutido ao longo deste artigo ao analisar dois eventos que ocorrem em regiões completamente distintas do território brasileiro, que se tornam os objetos de estudos de caso elaborados através deste trabalho: as favelas do Rio de Janeiro, formadas, em grande parte, graças a um processo de “higienização” eugenista da antiga capital nacional e, a partir de então, negligenciadas e alienadas de seus direitos humanos pelo Estado brasileiro; e as lutas de resistência na Amazônia Paraense contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Portanto, define-se como o objetivo desta pesquisa a compreender como o racismo ambiental é parte fundadora das sociedades atuais que integram o continente americano, atentando-se aos processos históricos que culminaram na perpetuação de injustiças e na vulnerabilização de comunidades e pessoas não-brancas pelo viés ambiental, com enfoque no contexto brasileiro. Como forma de alcançar tais objetivos, são realizados os dois estudos de caso apresentados anteriormente. Constata-se que, apesar de seus caracteres bastante distintos, os dois processos históricos evidenciam como o Estado brasileiro não somente negligencia a injustiça ambiental vivenciada entre seus habitantes e empreende esforços insuficientes para implementar políticas públicas que visem erradicar ou atenuar a segregação socioespacial, mas também se apresenta como um de seus principais stakeholders, catalisando os processos de violação sistemática de direitos humanos através do desrespeito de suas vozes, seus territórios, sua saúde e suas vidas.